

## **URBS E CIVITAS EM BRASÍLIA: UM DIÁLOGO IMPOSSÍVEL?**

**Marília Luiza Peluso & Lúcia Cony Faria Cidade**

UnB - Universidade de Brasília - Departamento de Geografia  
Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, 70910-900, Brasília, DF, Brasil.

Emails: marilialp@cabonet.com.br, cony@unb.br

Recebido 7 de fevereiro de 2002; revisado 15 de março; aceito 22 de maio de 2002

**RESUMO** - O projeto original de Brasília definia, de antemão, as direções espaciais tomadas posteriormente pela capital. O projeto, unitário ao ser concebido, visava a uma harmonia entre *civitas* e *urbs*. Mostrou-se sujeito a três escalas de conflito: entre centralidade e dispersão, entre moderno e tradicional e entre permanência e transformação, o que tornou necessário uma contínua reposição da ordem, para substituir a desordem espacial resultante dos conflitos. A geografia histórica mostra que dualidades não são exclusivas de Brasília nem do planejamento de cidades. Elas têm estado presentes no difícil percurso da modernidade. As dualidades que caracterizam o sistema hegemônico manifestam-se, ainda que de forma não direta, sobre processos urbanos. A compreensão de dualidades características do sistema pode contribuir para desvelar os tipos de conflito manifestos em Brasília.

**Palavras-chave** – Distrito Federal, Brasília, modernidade, conflitos urbanos.

**ABSTRACT** - The original project for Brasilia defines, beforehand, the spatial directions followed later by the capital city. The project, conceived as a whole, aimed at harmony between the *civitas* and the *urbs*. It was subject to three scales of conflict: between centrality and dispersal, between modern and traditional, and between permanence and transformation. A continuous reestablishment of order was then necessary, in order to

replace the spatial disorder resulting from conflicts. Historical geography shows that dualities are neither exclusive to Brasília nor to city planning. They have been present along the difficult path of modernity. Dualities that characterize the hegemonic system manifest themselves, although not directly, in urban processes. Understanding dualities that are characteristic to the system can contribute to unveil the types of conflict that exist in Brasília.

**Keywords** – Brazilian Federal District, Brasília, modernity, urban conflicts.

## INTRODUÇÃO

Uma pergunta básica precisa ser feita, respondida e refeita, não para se obter uma resposta final, mas para esboçar um problema teórico e prático fundante da capital brasileira. A pergunta é: onde se ancora o projeto de Brasília? Para compreender a cidade de hoje, é necessário não apenas desvendar a linguagem, a lógica e as intenções do projeto original, mas também reconstruir sentidos essenciais de seu percurso.

Considera-se, neste trabalho, que é no projeto original e em seus antecedentes e desdobramentos que se encontram as direções espaciais tomadas posteriormente pela Capital da República. Definem-se elas de antemão, no embate entre a especificidade de Capital da República, a “*civitas*”, a cidade simbólica da brasilidade, e as práticas sociais da formação sócio-econômica brasileira que ocorrem na “*urbs*”, a cidade do cotidiano.

Entretanto, não é apenas no projeto urbano em si que se deve pensar, mas no projeto urbano enquanto produtor de espaço, de um determinado espaço para uma cidade-capital, assim como espaço para residência, trabalho, circulação e lazer para os moradores da cidade-capital. Entenda-se espaço como o faz Milton Santos:

“um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (a sociedade) não é independente da forma (os conteúdos geográficos) e cada forma encerra uma fração de conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isso: um conjunto de formas, contendo cada qual frações da sociedade em movimento” (SANTOS, 1994: 26).

Tem-se, então um projeto urbanístico que organiza um certo arranjo de objetos geográficos e que movimenta, arranja e re-arranja a sociedade que o deve animar, dentro de um espaço bastante restrito, o Plano Piloto, de Lúcio Costa. E mais, os moradores se manteriam habitando o Plano Piloto até o ano 2000, quando, ao atingir uma população entre 500.000 e 700.000 habitantes, começaria o espraiamento da mancha urbana por intermédio de cidades-satélites.

O projeto urbano que deu origem à Capital do país, unitário ao ser concebido, no sentido de harmonia entre “*civitas*” e “*urbs*”, mostrou-se, à medida que se processava a ocupação do território, sujeito a três escalas de conflito: entre a

centralidade e a dispersão, entre o moderno e o tradicional e entre a permanência e a transformação. Resultou daí a necessidade de uma contínua reposição da ordem para substituir a desordem espacial resultante dos conflitos. Entretanto, as intervenções visaram manter a “*civitas*” em detrimento da “*urbs*”, de tal maneira que se passou a lidar com “deturpações” do plano e não com a prática dos atores sociais. Passou-se a implementar ações pontuais de proteção do campo simbólico e não um planejamento que considerasse as escalas conflitantes.

Contrariamente às aparências, essas dicotomias não emergem de forma espontânea nem representam disfunções de um modelo ideal. Elas ancoram-se em processos históricos e já estavam latentes no projeto do Plano Piloto, antes mesmo de iniciada a produção do espaço local.

Uma análise retrospectiva sugere que já no projeto da nova capital manifestasse uma tensão. Na imagem construída, concebida para conciliar a dimensão simbólica da *civitas* com a dimensão cotidiana da *urbs*, é possível identificar liames que remontam à cidade antiga. Por sua vez, na proposta de organização espacial do conjunto de formas urbanas revela-se uma clara filiação racionalista moderna. Assim, a própria concepção da cidade já encerra uma dupla dicotomia: entre a imagem de *civitas* e a de *urbs*, e entre uma genealogia antiga e uma moderna.

A geografia histórica mostra que as dualidades não são exclusivas de Brasília nem do planejamento de cidades. Na verdade, a dinâmica de movimentos que

se contrapõem tem estado presente no difícil percurso da modernidade. Em particular, a dicotomia entre razão e paixão tem se expressado de forma recorrente no pensamento que se desenvolve a partir do iluminismo e desemboca na modernidade (Gomes, 1996; Cidade, 2001a e 2001b). Essa tensão está presente também em planos modernistas e em centros urbanos construídos a partir dessas propostas (CIDADE, 1998: 37).

À questão inicial sobre a ancoragem do projeto de Brasília, acrescenta-se a necessária identificação das três escalas de conflito que atuam sobre o projeto de origem da capital e sua implementação. Como compreender a desordem espacial resultante e seu continuado confronto com tentativas de reposição de uma ordem supostamente racional? Em que medida a ótica da ancoragem pode contribuir para a compreensão de práticas e conflitos espaciais na capital? Com base nessas questões, este texto pretende lançar bases para uma análise de processos locais recentes sob uma perspectiva espaço-temporal ampliada e algumas leituras simbólicas. Com isso, espera alcançar níveis de compreensão mais complexos do que análises estáticas localizadas.

Pressupõe-se aqui que o contexto material e ideológico no qual o urbanismo moderno inscreve sua gênese é uma fonte para a compreensão de processos contemporâneos em grandes cidades. Dessa forma, segue uma breve abordagem da relação entre aspectos da lógica da acumulação e o ideário iluminista, no intuito de esclarecer tensões de origem do urbanismo moderno. Na discussão,

fica evidente a apropriação e redefinição de valores humanistas do iluminismo pelo capitalismo em fase de consolidação e expansão. Identificam-se também dualidades no capitalismo e possíveis rebatimentos, ainda que de forma não direta, sobre processos urbanos em geral. Processos espaciais contrapostos poderiam, dessa forma, estar associados a tendências de embate entre traços do capitalismo emergente e traços de formações anteriores que lhe opunham resistência. Buscam-se, por outro lado, compreender tendências contemporâneas capazes de modificar ou dar novo sentido a esses processos. Assim, a compreensão de dualidades características do sistema pode contribuir para desvelar as escalas de conflito manifestas em Brasília: centralidade e dispersão; moderno e tradicional; e permanência e transformação.

### **EMANCIPAÇÃO VERSUS DOMINAÇÃO: DAS TENSÕES DO IDEÁRIO ILUMINISTA PARA AS PRÁTICAS DA MODERNIDADE**

Visões lineares e otimistas sobre a evolução da sociedade interpretam os movimentos históricos como fruto de um amadurecimento progressivo e continuado. São inegáveis as notáveis conquistas da ciência e da tecnologia modernas, a partir do grande salto de conhecimento que emergiu no século XVI. No entanto, o conhecimento tem sido utilizado para perpetuar um modelo de profunda desigualdade, no qual as relações de dominação parecem

predominar. Essas diferenças expressam-se tanto nas relações sociedade-natureza como nas relações sociais.

Alguns autores reconhecem a presença de um discurso de dominação, particularmente dirigido à natureza, mas não restrito a ela, na origem da ciência moderna (Capra, 1986: 51; Sahtouris, 1991: 211; Smith, 1988: 30). Sob uma perspectiva dialética, Harvey (1998) esclarece que visões de dominação da natureza estavam associadas ao desenvolvimento da ciência moderna e à emergência de valores nitidamente instrumentais e capitalistas. O autor (Harvey, 1998) argumenta que é importante considerar as idéias de dominação como parte de um conjunto de pensamentos, crenças, sensibilidades, atitudes e práticas que influenciaram a economia política ocidental dos séculos dezessete e dezoito. A visão de dominação da natureza, em particular, estaria ligada ao duplo ideal do Iluminismo de emancipação humana e auto-realização.

O domínio científico da natureza, por um lado, permitiria à humanidade libertar-se da escassez, dos desejos e da arbitrariedade das calamidades naturais. Por outro lado, a adoção de formas racionais de organização social e de pensamento propiciaria a libertação de formas tradicionais de pensar, do uso arbitrário do poder e do lado obscuro da natureza humana. A auto-realização diria respeito às possibilidades de criatividade, imaginação e desenvolvimento humano e à subjetividade e introspecção propiciada pela cultura moderna (Harvey, 1998: 122).

Para Harvey (1998), um pensamento vigente no Iluminismo considerava que os segredos da natureza - incluindo-se aí a natureza humana - existiam para serem revelados. O conhecimento - abrangendo o auto-conhecimento - poderia ser utilizado para dar conforto e proteção à humanidade. Poderia, ainda, ajudar a promover escolhas políticas conscientes em direção a um desenvolvimento humano coletivo (Harvey, 1998: 123). Com a expansão e consolidação do capitalismo, no entanto, muitas das visões de mundo de cunho humanista tornaram-se secundárias diante da prevalecente lógica da acumulação.

O mesmo autor aponta que o pensamento iluminista encontrou aos poucos uma base mais material para dar sustentação a seu discurso. A economia política liberal do século dezoito, ao procurar aproximar as políticas do Estado da política em geral, adotava implicitamente a posição de que a dominação da natureza – e também da natureza humana, em particular do trabalhador – estaria sujeita à lógica do mercado. Mais do que isso, a economia política da época teria conseguido congrega o imaginário da emancipação, do progresso e da auto-realização em torno de um discurso em sintonia com a crescente dominância das práticas materiais de trocas de mercado. Ao mesmo tempo, esse pensamento teria sido capaz de dissimular as relações sociais e a dominação do trabalhador, em curso, reduzindo a relação com a natureza a um discurso técnico relativo à distribuição adequada de recursos escassos (Harvey, 1998: 130-131).

A marcha do progresso técnico e material, ao longo do século dezenove, manteve vivos o imaginário e o discurso baseados na lógica da acumulação. Diante da escalada do fascismo nos anos trinta e quarenta do século vinte, Horkheimer e Adorno(1985) desenvolveram uma profunda reflexão sócio-filosófica para alargar a compreensão dos motivos da humanidade ter se lançado em uma guerra generalizada. Para eles, essa ação ampla e devastadora, inserida no capitalismo contemporâneo, configurou uma nova espécie de barbárie, deixando clara a incapacidade da sociedade de realizar seu potencial humano. Para compreender a gênese da adoção do caminho mais destrutivo, esses pensadores fizeram uma espécie de arqueologia do processo de esclarecimento, entendido como uma busca da razão e do conhecimento, desde os povos primitivos até a contemporaneidade. Nessa procura, revelou-se que o conhecimento e a própria ciência contribuíram para tornar mais agudas as relações de poder e dominação, não apenas entre os homens, mas também entre os homens e a natureza. (Horkheimer, 1985: 19-52).

Em estudo sobre a pós-modernidade, Harvey contextualiza as relações da modernidade com o Iluminismo e com o próprio urbanismo. Para o autor, em que pese suas origens “heróicas”, o alto modernismo, dominante depois de 1945, caracterizou-se por uma relação confortável com os centros de poder dominantes. As práticas modernistas, segundo Harvey, seriam parte de uma sociedade na qual revelou-se o domínio da versão capitalista do antigo projeto Iluminista. O projeto original do esclarecimento buscava o desenvolvimento

para o progresso e emancipação humana. Para o autor, no entanto, com o modelo Fordista-Keynesianista reforçou-se a crença em progresso linear e em verdades absolutas. Essas seriam aliadas ao planejamento racional de ordens sociais ideais, sob condições padronizadas de conhecimento e produção. Harvey considera que o modernismo resultante foi eminentemente positivista, tecnocêntrico e racionalista, obra de uma elite. O autor nota ainda que, enquanto a modernização das economias européias prosseguia, a política e o comércio internacionais estabeleceram-se como processos benevolentes e progressivos de ‘modernização’ para um Terceiro Mundo atrasado. (Harvey, 1998: 42)

As propostas do urbanismo moderno, em um contexto de industrialização e de urbanização, representaram tentativas de adaptar-se às tendências dominantes e incorporar seus valores ou, inversamente, de reagir contra elas. Segundo Choay (1979: 20, 26-27 e 30), os três modelos principais do urbanismo moderno foram o modelo progressista, o modelo culturalista, e o modelo naturalista. Para a autora, o modelo progressista buscava incorporar os ganhos tecnológicos, a padronização e a racionalidade da era industrial. O modelo culturalista, do qual emergiu a proposta das cidades-jardim, propunha alternativas ao crescimento das metrópoles e valorizava a estética e a individualidade. Já o modelo naturalista rejeitava a grande cidade industrial e valorizava o contato com a natureza e a liberdade individual. Esses modelos, que envolviam variados graus de utopia, buscavam solucionar os graves problemas da cidade moderna. Nesse sentido, Harvey (1998) observa que boa parte do pensamento e da prática modernos

delineou-se em resposta à profunda crise da organização urbana, à pobreza, e à congestão.

As metrópoles que emergiram do processo de industrialização nos países centrais haviam enfrentado um processo de crescimento populacional significativo que, no entanto, verificou-se ao longo de um horizonte temporal relativamente longo. Nos países periféricos, diante de uma rápida industrialização e da desestruturação do campo, esse crescimento se fez com massas populacionais elevadas e em um período de tempo muito mais curto. Nesses países, a crise decorrente dessa dinâmica foi ainda mais grave nas metrópoles. Com o avanço da acumulação, as grandes cidades passaram também a reproduzir as tensões inerentes ao modelo hegemônico, em sua versão periférica.

### **CENTRALIDADE E DISPERSÃO COMO TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO EM GERAL**

Uma das características principais do sistema capitalista são as tendências à concentração e à centralização de capital como tendência ao controle, por empresas individuais, de capital e trabalho em quantidades cada vez maiores e à acumulação em escalas de produção crescentes. Enquanto, a concentração de capital tenderia a resultar em grandes unidades produtivas, a centralização de capital levaria à formação de conglomerados. No entanto, a economia não se reproduz de maneira uniforme no tempo, no espaço e nos diferentes setores.

Assim, no percurso da acumulação, tendências contrárias parecem coexistir com os movimentos emergentes, em um processo dual. Pode-se supor que o rebatimento das características capitalistas no espaço produzido levaria a um paralelismo entre alguns desses traços e a dinâmica espacial das grandes cidades. Assim, a tendência do capitalismo a crescentes escalas de produção e propriedade estabeleceria, como um de seus pontos de apoio, a aglomeração de objetos geográficos em áreas centrais das cidades.

Corrêa (1997:122) observa que, diante do duplo papel da cidade, de servir tanto de apoio à acumulação como à reprodução da força de trabalho, esses processos estão no cerne da organização espacial da metrópole. A conhecida tendência à reunião de numerosas atividades e infra-estrutura no centro urbano pode ser, dessa forma, interpretada como um dos efeitos das tendências da convergência espacial de atividades, a partir de economias de aglomeração. Corrêa (1997:129) denomina esse processo de centralização, um dos processos espaciais que atuam nas metrópoles.

A tendência oposta, de dispersão de atividades e população para a periferia, poderia ser considerada como resultado de deseconomias de aglomeração ou, inversamente, como uma permanência de entraves aos fatores de reunião de atividades e infra-estrutura na área central. Corrêa (1997:129) denomina esse processo de descentralização. Esses movimentos têm caracterizado metrópoles as mais diversas, tanto em países centrais como em periféricos. Gottdiener (1997)

identifica um movimento semelhante ao da descentralização, que envolve não apenas a dispersão de pessoas e atividades para a periferia da metrópole norte-americana, mas a reestruturação dessas áreas em domínios multicentrados. O autor caracteriza esse padrão de crescimento polinucleado, como desconcentração (Gottdiener, 1997: 19). Nesse processo, pode verificar-se uma tendência à formação de subcentros. Villaça (1998:293) define subcentros como “aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços, que não o centro principal”. Algumas metrópoles de países não centrais também apresentam uma tendência à formação de sub-centros de comércio e serviços.

### **MODERNO E TRADICIONAL COMO TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO EM GERAL**

Outra característica do sistema dominante, ainda uma herança do pensamento iluminista, é a busca repetida do moderno, identificado com o novo. Com a valorização do conhecimento, propiciada pela emergência do sistema científico, e sua legitimação pelas grandes conquistas da tecnologia, o saber tradicional passou a ser progressivamente desvalorizado. A crença no progresso e em verdades absolutas, ao mesmo tempo em que desafiou dogmas religiosos como eixos de elucidação dos grandes mistérios do mundo e da vida, levou a uma crescente valorização do novo. Em conseqüência, o conhecimento tradicional, bem como a cultura e os valores ancestrais, passou a ser

considerado como irrelevante ou como destituído de veracidade. No entanto, enquanto bagagem cultural acumulada e força viva na sociedade, os valores tradicionais se mantiveram, oferecendo um contraponto às tendências dominantes (Cidade, 2001a: 153).

Também nesse caso, é possível encontrar um movimento análogo nos processos urbanos. De forma geral, o urbanismo moderno que mais se destacou aproximou-se da linha progressista. Embora inicialmente com pretensões críticas, esse modelo adequou-se aos processos produtivos do fordismo e aos valores da sociedade industrial emergente. A aplicação do urbanismo modernista em países periféricos, conjugada a um desenvolvimentismo de base industrial e a uma urbanização acelerada, também importou as tensões entre o moderno e o tradicional. A superposição de um verniz moderno sobre uma tessitura tradicional produziu nas cidades tensões e conflitos entre lógicas diferentes. Verificou-se, em larga escala, o que pode ser chamado de verdadeiras rupturas nas práticas sócio-espaciais da população urbanizada.

### **PERMANÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO COMO TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO EM GERAL**

Em um contexto de dualidades, característico da emergência do sistema da modernidade e da acumulação capitalista, outra tensão característica é a que se verifica entre a permanência e a transformação. Embora de forma simplificada, algumas observações gerais podem ser feitas. Assim, relações

históricas úteis à consolidação e reprodução do sistema, como a tendência à dominação, tendem a permanecer. Por outro lado, relações históricas que se constituem em obstáculos à emergência do sistema, tendem a ser transformadas segundo a nova lógica. Um exemplo são as profundas mudanças nas relações de produção, que caracterizaram a transição capitalista.

Na fase atual, o poderio transnacional se expande e se multiplica. A competição exige inovações tecnológicas e estratégias para assegurar mercados, influência e poder. A acumulação flexível seria um exemplo de transformações que envolvem o processo produtivo. Ao mesmo tempo, atividades tradicionais operam à margem do sistema hegemônico ou são forçadas a se articular a ele. Essas atividades poderiam ser consideradas exemplos de permanências. À medida, no entanto, em que algumas transformações do sistema se estabelecem e se consolidam, há uma tendência à sua reprodução e também permanência. Dessa forma, a relação entre permanência e transformação pode ser considerada com um ciclo articulado e complexo.

No caso das cidades, pode-se identificar também uma dualidade entre permanência e transformação. Por sua natureza particular, os objetos geográficos tendem a durar por longos períodos. A forma urbana, por conseguinte, tende a caracterizar-se por uma relativa permanência. Por outro lado, a necessidade constante do capital destruir-se para reconstruir-se novamente, em busca da realização continuada do lucro, se expressa também no espaço urbano. Como

resultado, ocorre a transformação da cidade ou de suas partes. Essa transformação pode ocorrer sob a forma de processos espaciais específicos, tais como centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia, discutidos por Corrêa (1997:122). A renovação de áreas urbanas deterioradas, em uma tentativa de apoiar a reprodução do capital, é um exemplo de transformação que envolve não apenas o espaço construído, mas a própria população. Em muitos casos, populações residentes, em geral pobres, são expulsas das áreas renovadas, para dar lugar a residências de luxo ou escritórios.

A discussão sugeriu, por meio de analogias, como processos históricos da modernidade e do capitalismo em geral podem facilitar a compreensão de processos localizados em épocas específicas. Além disso, buscou estabelecer possíveis ligações entre tendências gerais do sistema e processos espaciais que ocorrem nas grandes cidades, sob a perspectiva da dualidade. A apresentação que segue explora essas possibilidades para o caso específico de Brasília.

## **OS CONFLITOS DAS CIDADES CAPITALISTAS E SUA EXPRESSÃO EM BRASÍLIA**

### **O CONFLITO ENTRE CENTRALIDADE E DISPERSÃO**

Cidades são entes complexos e não se reduzem aos objetos urbanos ou a uma combinação de funções, mas agrupam uma população caracterizada por uma determinada combinação demográfica, social, econômica e cultural (Roncayolo,

1997). A cidade, como acentua Roncayolo (1997), não pode ser compreendida unicamente pelo que ocorre no interior de seus limites, pois está continuamente em relação, de complementaridade e poder, com o espaço que a circunda, com outras cidades e com espaços distantes. As cidades apresentam uma dinâmica própria, o que implica, segundo Roncayolo (1997), em reagrupamento e convergência, que torna o urbano lugar privilegiado da expressão dos vários grupos culturais, da difusão das idéias e das lutas entre os atores sociais. E uma das dinâmicas mais importantes é a que leva a cidade a ser um lugar central, a tornar-se fornecedora de bens e serviços, reais e imaginários.

Nesse sentido, assim que se funda Brasília, a centralidade urbana aparece de imediato e ainda com mais força quando se nota que, inserida numa área fracamente articulada ao sistema, nela foram implantados serviços públicos e infraestruturas básicas que reforçaram seu poder de atração. A criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), pela Lei 2974 de 19 de setembro de 1956, e a aprovação da Ata da Constituição, em 22 de setembro do mesmo ano, já foram suficientes para criar-se um clima de euforia e de expectativas, ainda mais que se iniciaram as primeiras medidas para a desapropriação das terras dentro do quadrilátero.

A centralidade de Brasília, porém, foi continuamente negada e as manifestações espaciais advindas daí, como permanências dos operários da construção civil e as cidades-satélites construídas para abrigá-los, reiteradamente

denominadas de “deturpação do plano original”. A população de Brasília seria, como suas funções e seus objetos, igualmente político-administrativa e negou-se a variedade e a combinação social, econômica e cultural.

Mas pessoas chamavam seus parentes, jornais chamavam pessoas e todos acenavam justamente com os elementos da centralidade: empregos, renda, divertimento, festa, porque a cidade é também o lugar da liberdade e da festa. O jornal do Rio de Janeiro, *Diário de Notícias*, de 6 de fevereiro de 1958, conclamava mulheres a se deslocarem para Brasília:

“Os homens solteiros de Brasília estão em condições de satisfazerem as exigências educacionais e econômicas de quaisquer pretendentes femininas. Já se vive bem em Brasília. Há conforto, modesto sem dúvida, mas suficiente para suprir as principais necessidades de gente possuída de boa vontade. Venham, pois, senhoritas! Os candangos de Brasília são bons, são gentis, são educados e futurosos. Não deixem passar a boa oportunidade, senhoritas, serão bem recebidas” (*Apud* Dias, 1993: 123).

Se essas mulheres atenderam ao chamado não se sabe, naturalmente, ao certo, mas num ambiente que atraiu tantas pessoas – trabalhadores da construção civil, funcionários públicos de todos os escalões, pessoal da direção das empreiteiras, migrantes de vários tipos e condições econômicas, a diversidade, a diferença e os conflitos interpessoais eram a norma. Dias (2002), ao estudar a prostituição no Distrito Federal desde o início da construção da Capital mostra

a existência de inúmeros bares e boates, nos quais ocorria a prostituição. Aponta ainda como a prática causava conflitos entre líderes religiosos, desejosos de coibi-la, e as autoridades, julgadas coniventes. O discurso moralizante mencionava uma imagem de cidade moderna e arrojada que não era compatível com a prostituição decadente. Naturalmente a prostituição é submetida ao controle em todos os lugares, mas ressalte-se que, aqui, considerava-se que a moral e os bons costumes deviam ter prioridade. Afinal, se estava numa cidade moderna e arrojada, na nova capital que deveria deixar de lado as “mazelas” das outras cidades, enfim, na “*civitas*”, com a qual as práticas comuns à “*urbs*” eram incompatíveis.

As autoridades reagiam à ocupação do território de maneiras diversas. Por um lado, o crescimento da população, da diversidade e da festa eram motivos de euforia, pois significava a valorização das terras e bons negócios imobiliários (Oliveira, 1983). Por outro lado, há o registro de “multidão perigosa” e desordeira, que inspirava temores na administração da cidade. Pode-se argumentar que eram duas classes sociais distintas que ocupavam o espaço: uma da qual se festejava a chegada e outra que se temia como veículo da desordem (Peluso, 1998). Observe-se que o registro da desordem é uma constante, ligada às classes populares. No trabalho de Dias (2002), por exemplo, a desordem é tratada junto com a prostituição, formando um trinômio com a embriaguez e a vadiagem, que representavam o perfil da “desordem” e degeneração sociais e, por isso, a prostituição deveria ser extinta do Distrito Federal.

Ernesto Silva, em seu livro *História de Brasília*, mostra ainda que a ocupação de espaços por uma população não destinada à cidade constituía-se em desordem. Em suas palavras:

“Naquela época, milhares de migrantes, muitos com suas famílias, se dirigiam ao Planalto Central, em busca de empregos. O INIC, em todos os recantos do Brasil, para se desvencilhar de suas obrigações, indicava o caminho de Brasília e facilitava o transporte. A cada dia, novas levadas aqui desembarcavam. A construção de acampamentos de madeira não podia mais atender a demanda. Passou, então, essa multidão a se alojar em torno dos acampamentos, ao longo da Avenida W/3 e nas imediações do Núcleo Bandeirante” (Silva, 1971:230).

A resposta para esses migrantes foi a restauração da ordem pela dispersão, pela criação das cidades-satélites. O importante a reter é que o conflito, evidentemente, não cessou, porque a centralidade dos empregos e das atividades continuou e se descentralizou apenas a moradia de parte da população. Assim, preservou-se a ordem da “*civitas*”, mantendo-se a ordem da “*urbs*” no Plano Piloto, mas não nos novos núcleos que se foram formando.

Em anos recentes, a dualidade entre centralidade e dispersão continuou. A população se espalhou por cidades satélites, enquanto surgiram novos assentamentos e condomínios periféricos de classe média. Emergiu também um novo processo de centralização, em espaço diverso do Plano Piloto, o histórico centro de Brasília. O novo centro, Taguatinga – Ceilândia - Samambaia, reúne quantidade expressiva de atividades econômicas e população e localiza-se em

área periférica ao centro principal. (GDF, 1996: 217).

### **O CONFLITO ENTRE O MODERNO E O TRADICIONAL**

Pode-se retroceder a inspiração do projeto modernista de Lúcio Costa à caótica cidade industrial do século XIX. É nesse período, assinala Pechman (1998) que a cidade se transformou em tema fundamental para a moderna sociedade que se gestava e o urbanismo tornou-se a ciência que estudava a cidade e seus problemas. Como as contradições sociais que fundam o urbano como objeto científico foram diagnosticadas como desordem do corpo social (isto é, como doença), as relações sociais que se encontravam no âmbito da desordem foram negadas e a solução proposta foi uma ordem racional, “que vai instaurar ou restaurar a coerência da realidade caótica” (Lefebvre, 1991: 23). Talvez o mais apropriado seria falar em “restauração da coerência” urbana, pois os intelectuais voltaram-se para o passado em busca de soluções para as novas questões propostas pelas cidades, para as virtudes racionais do iluminismo do século XVIII, em oposição à cidade viciosa, como foi conceituada no período da industrialização do século XIX (Pechman, 1998).

Em oposição ao caos, as cidades deviam se tornar racionais, privilegiar a linha reta, abolir o acaso e o multivariado da paisagem. O novo urbanismo buscou a racionalidade do quadro construído e, ao incorporar moradores, indústria e comércio, considerou que seria possível eliminar o caos e ordenar a vida da cidade, tornada novamente a morada do homem. Nesse urbanismo iluminista, a

igualdade, a liberdade e a fraternidade deveriam estar impressas no espaço, mesmo que às custas da padronização das formas, dos trabalhos, da recreação, dos trajetos e da paisagem. Aqui se insere o novo urbanismo científico, “nascido do confronto entre os mitos progressistas das máquinas e a miséria operária” (Ragon, 1986: 232). Tornou-se ele mesmo um dos mitos mais sedutores da “civilização industrial”, chamado para curar as “doenças” da cidade.

Brasília é a filha diletta dessa corrente de pensamento urbanístico. Também ela seria racional e igualitária: morariam na mesma quadra o senador e seu motorista; o ministro e seu copeiro. Ou, então, a “gradação social”, como escreve o próprio Lúcio Costa, “poderia ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras”, sem, porém, que as outras perdessem sua qualidade de vida.

O urbanismo modernista seria ideal para o novo momento moderno do Brasil, para o nacional-desenvolvimentismo do período Kubitschek. Seria, também, a negação do Brasil antigo, agrário e atrasado. Teríamos aqui, então, o primeiro momento em que se inscreve no espaço da nova capital o conflito entre o moderno identificado com a ordem, entre a burocracia-modelo para habitar a cidade-virtuosa, a “civitas” e o antigo identificado com a desordem, o trabalhador braçal necessário para que se erguesse a cidade. O conflito estava instaurado também com os “outros”, com a multidão que vinha sem ser convidada, para

usufruir os bens, serviços e empregos, na sua busca do paraíso prometido na nova capital. Assim, institui-se em termos de conteúdo, o conflito entre moderno e tradicional, que encontrou expressão na dicotomia Plano Piloto/cidades-satélites.

No espaço finito e fechado do Plano Piloto, envolto por extensas áreas verdes de posse do governo, estava tudo o que era necessário para o bem-estar de seus moradores e para a função de Capital federal. As mazelas dos grandes centros seriam afastadas dessa cidade burocrática, planejada para o Brasil do futuro. Encarregada de não permitir deturpações no Plano, a considerando as diferenças e os desejos dos moradores dentro de limites muito estreitos, em visão própria do urbanismo modernista, de acordo com Ragon (1986), Costa projetou uma cidade muito singela, mas complexa em sua concepção. O plano detalhava o núcleo urbano em termos de locais de trabalho e habitação, comércio, lazer e circulação. Essas atividades e seus espaços estariam distribuídos nas quatro escalas em que “*civitas*” e “*urbs*” se harmonizariam: a Escala Monumental, o corpo central da trama urbana idealizada; a Escala Residencial, com as residências e comércio de primeira necessidade ao longo das asas; a Escala Gregária, na junção das escalas Monumental e Residencial, concentrando o comércio maior, os serviços e a diversão da cidade; e finalmente a escala Bucólica, permeada por áreas verdes. Este seria um projeto claro, simples, racional e moderno a ser preenchido por monumentos, pessoas e atividades burocráticas, longe das multidões e do congestionado Rio de Janeiro. Quando atingisse entre 500.000 e 700.000 habitantes, essa Brasília moderna se expandiria

pelas penínsulas e por cidades-satélites, como sugeriu o arquiteto inglês Sir William Holford (1965: 258), membro do júri que escolheu a proposta final da Capital federal (Peluso, 1997).

As cidades-satélites se adiantaram no tempo, pois em 1970, quando o Distrito Federal já havia atingido a população de 534. 146 habitantes, já estavam implantadas sete. Nesses núcleos urbanos foi localizado o antigo em termos de conteúdo das formas, nas quais o cotidiano comum e normal das pessoas podia ser elaborado e vivenciado, visto que seriam “*urbs*” de uma “*civitas*” mantida a quilômetros de distância.

Em Brasília, não se pode negar que houve o que Haesbaert (2002) considera uma das características das metrópoles modernas. Brasília incorporou “(...) a diversidade e nela, a convivência com o tradicional na complexa virtualidade da mudança, no surgimento permanente do novo, que é, sem dúvida, um dos marcos fundamentais da modernidade”. Mas, pode-se acrescentar que a incorporação sempre foi contraditória e a ordem foi obtida separando a “*civitas*” do conjunto do território do Distrito Federal, o que nos leva ao terceiro binômio.

### **A PERMANÊNCIA E A TRANSFORMAÇÃO**

As questões discutidas anteriormente encaminham-se para graves problemas dos espaços do Distrito Federal que podem ser sintetizados no binômio permanência / transformação. A incorporação da diversidade e o surgimento permanente do novo fazem com que a permanência das formas urbanas seja

continuamente contestada. A cidade, enquanto lugar de atuação dos atores sociais que criam a economia urbana (atividades, mercado), as relações com o exterior, o lugar privilegiado da expressão dos vários grupos culturais, da difusão das idéias e das lutas entre os atores sociais, tende a organizar o espaço em função de necessidades e desejos que levam à reprodução das relações sociais nas quais os atores se engajam.

Como acentua Haesbaert (2002: 80) “os processos vividos na cidade compreendem uma com-vivência – a vivência conjunta de múltiplas intensidades entre conflitos e transformações, resistências e ambigüidades, desordem e organização, em várias escalas e contextos em ritmo e velocidade estonteantes”. Dessa maneira, como impedir ou dirigir as transformações quando os atores sociais vivem a transformação no que se denominou, na expressão de Harvey (1998) “contração do espaço-tempo”?

Em Brasília, que enquanto tutelada pelo governo federal já demonstrava pressões urbanas, a entrada no processo eleitoral fez explodir as contradições sócio-econômicas e espaciais. Com a autonomia, os processos e dinâmicas que levam a reagrupamentos, convergências e divergências parecem não encontrar obstáculos. É como se o Estado já estivesse desconstruído e o espaço rapidamente seguisse o mesmo caminho, num tempo vertiginoso em que parece não haver mais a gestão dos atores, mas o contrário, a ação dos atores livremente se

impõe sobre a gestão da cidade, enquanto as idéias de ordem e desordem repousam num passado extremamente remoto.

A maneira como os conflitos entre centralidade/dispersão e entre moderno/tradicional foram resolvidos, produzindo bolsões de pobreza entre ilhas de prosperidade, criou instabilidade, uma crise, na qual são contestadas as formas da cidade. Em suma, é a permanência que está em jogo, no sentido de que o espaço está sendo rapidamente transformado sem que se coloque um horizonte ou uma meta de chegada. Tudo é passível de ser transformado, de ser apropriado, de conformar-se aos desejos dos atores sociais em jogos de negações que exacerbam o conflito permanência/transformação. Pode-se destacar algumas negações como exemplos. No Plano Piloto, a negação dos espaços monofuncionais, a negação da distância entre os núcleos urbanos, a negação da arquitetura modernista, a tendência ao desaparecimento da Escala Gregária por meio do deslocamento das diversões para *shopping centers*, locais bem diferentes daqueles que Lúcio Costa havia pensado para os encontros e as festas.

Nas cidades-satélites, duas negações podem ser destacadas: A negação de serem lugares monofuncionais da pobreza e a busca de uma identidade de classe média que procura se impor ao conjunto dos espaços do Distrito Federal. Concomitantemente, a negação dos moradores das periferias de se sujeitarem ao centro urbano, com a proposta de elegerem seus administradores, germen

de futuros prefeitos e de um estilhaçamento definitivo de Brasília e do Distrito Federal. Para o conjunto do Distrito Federal, a negação de todos moradores de todas as classes sociais de manter a terra como bem comum. Assim, membros da classe média mudam-se para condomínios irregulares sem a menor preocupação com a legalidade, enquanto membros das classes empobrecidas invadem terras, incentivados por suas carências e por políticos que delas se aproveitam.

O que se gesta de transformação para o Distrito Federal são, na realidade, caminhos já trilhados e que levaram ao caos das metrópoles, em particular das brasileiras. Ou seja, aceitar as transformações sem uma gestão do Estado, o que leva, por sua vez, à desconstrução do espaço e sua reconstrução pela iniciativa privada e a considerações particulares dos atores sociais.

Paralela e concomitante, revela-se a preservação ou resistência, resíduo, como escreve Haesbaert (2992) do processo de substituição e que deve ser considerado na análise do Distrito Federal. O tombamento do Plano Piloto faz aparecer um jogo de reconstruções, como a revitalização, aparentemente precoce, de setores da cidade, como a W3 Sul, para a qual se propõem novas funções para fazer frente à decadência resultante da mudança na estrutura do consumo depois do aparecimento de *shopping centers*. Temos, também, os conjuntos Venâncio, nos quais procura-se deter a apropriação dos espaços para atividades controvertidas, como a prostituição, que os levou a uma deterioração

também precoce e propõe-se uma volta às suas antigas funções de centros de compras e lazer.

O jogo entre permanência e transformação, com características locais, manifesta-se não apenas na esfera destinada a constituir-se como *civitas* no projeto original, mas também na grande *urbs*. Nesse contexto, a ordem é um recurso destinado a garantir a permanência da imagem de racionalidade da capital. Os conflitos entre os diferentes papéis da esfera pública e a diversidade de interesses da esfera privada fazem com que a desordem seja uma das principais imagens da *urbs*.

### **PARA CONCLUIR: AS POSSIBILIDADES DE CONVIVÊNCIA ENTRE A “CIVITAS” E A “URBS”**

Ao retomar as escalas em conflito pode-se pensar um pouco sobre o destino da “*civitas*” e sua convivência com a “*urbs*”. Verifica-se que, desde o início da construção de Brasília, as medidas tomadas para proteger a cidade simbólica da brasilidade terminaram por gerar uma desordem que agora a ameaça. O que está em jogo é o desaparecimento das formas da “*civitas*”, progressivamente engolida pelo dinamismo da “*urbs*”. O cotidiano explode as formas iluministas, num movimento que é contra a padronização das formas, dos trabalhos, do lazer nesse momento que Harvey (1998) denomina de pós-moderno, o momento do efêmero, do passageiro, da transformação, do simulacro.

Assim, o que era moderno na década de 50 do século vinte é o tradicional do agora. Nas cidades-satélites não se encontra mais o tradicional tecido vernáculo brasileiro, que deveria ser negado e superado pela racionalidade planejada, mas um moderno adaptado que busca reconhecimento e o direito à criação de sua identidade. É a *urbs*, em toda sua dinâmica, que prevalece. No Plano Piloto, a área central aparentemente mais controlada, o espaço moderno e público é apropriado privadamente por bares, cafés, estacionamentos, expansões de residências, atividades informais e mesmo coberturas acima do gabarito. O próprio tombamento do Plano Piloto não é mais garantia de sua permanência como a *civitas* idealizada, ícone do planejamento racionalista.

Tudo isso pode parecer uma nova forma de desordem e não há a menor dúvida de que é, realmente, caótico o que se está gestando. Práticas sócio-espaciais que valorizam o interesse individual acima do interesse público tendem a ameaçar a preservação do patrimônio histórico, o patrimônio natural e a imagem da cidade como o último refúgio de qualidade de vida. Por outro lado, um planejamento voltado para um suposto bem comum, mas que, devido a constituir-se em instrumento do Estado, tende a privilegiar interesses específicos, acaba por tornar-se objeto de disputa e desgaste.

O que seria apresentado como proposta? Em primeiro lugar, a construção de um processo de planejamento, no qual o Estado e a sociedade possam pactuar o significado, o alcance e os limites da manutenção do patrimônio urbano. Um

processo no qual os custos e benefícios de determinadas decisões possam ser discutidos e negociados antecipadamente. Isso vai significar a revisão de muitos mitos brasileiros, dos quais a ordem foi o mais incisivo dos discursos e a menos persistente das práticas, pois significou não conviver com as diferenças.

Nessa convivência dos contrários talvez se encontre a nova ordem a ser instituída e preservada no futuro, na qual a mutabilidade e o veloz ritmo das mudanças, como escreve Haesbaert (2002), permita recriar novos espaços de referência, mantendo os antigos. É de se temer que, se cada indivíduo não se esforçar nesse sentido, o Plano Piloto tombado, a qualidade de vida e o meio ambiente serão, em breve, apenas vestígios.

Em segundo lugar, a instituição, no processo de planejamento, de práticas efetivas de gestão democrática do espaço. Isso significa, identificar processos de construção de uma cidadania sócio-espacial e apoiar esses esforços, assim como sua visibilidade e legitimidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- CAPRA, F. (1987). *O ponto de mutação; a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 452p.
- CIDADE, L. C. F (2001a). Modernidade, visões de mundo, natureza e geografia no século dezenove. *Espaço e Geografia*, 4(1): 149-168.
- CIDADE, L. C. F (2001b). Visões de mundo, visões da Natureza e a formação de paradigmas geográficos. *Terra Livre*, n. 17, 99-118.

- CIDADE, L. C. F (1998). Planejamento das cidades: modelos tradicionais e tendências contemporâneas. *Espaço e Geografia*. 1(1): 25-45.
- CIDADE, L. C. F (1987). *Peripheral Fordism and regional wage differentials in Brazil*. Ithaca, NY: Cornell University. Tese de doutorado. 309p.
- CORRÊA, R. L. (1997). *Trajatórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 304p.
- DIAS, P. (2002). *Passos perdidos: Um estudo sobre a prostituição feminina na cidade de Planaltina/DF*. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília. 150p.
- GOMES, P. C. C. (1996). *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 368p.
- GOTTDIENER, M. (1997). *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp. 312p.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF, Instituto de Planejamento Territorial e Urbano – IPDF. (1996). *Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT*; documento de referência; perfil do Distrito Federal – estudos setoriais; proposta do PDOT. Brasília. 241p.
- HARVEY, D. (1998). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 352p.
- HAESBAERT, R. (2002). *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 188p.
- HOLFORD, W. (1965). Impressões de Sir William Holford sobre o projeto Lúcio Costa para Brasília. In: *Leituras de planejamento e urbanismo*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, p. 355-361.
- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução: Almeida, Guido de. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 254p.

- LEFEBVRE, H. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes. 146p.
- OLIVEIRA, M. L. P. (1983). *O mercado imobiliário urbano na periferia do Distrito Federal: Um estudo de caso – a Cidade Ocidental*. Dissertação para o Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Dau, UnB, Brasília.
- PECHMAN, R. M. (1998). O urbano: invenção ou descoberta? Para pensar uma história urbana. In PADILHA, N. (org). *Cidade e urbanismo. História, teorias e práticas*. Salvador: FAUFBA.
- PELUSO, M. L. (1998). *O morar na constituição subjetiva do espaço urbano*. As representações sociais da moradia na cidade-satélite de Samambaia/DF. Tese de Doutorado, Programa de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- PELUSO, M. L. (1997). O indivíduo como sujeito de territorialidades coletivas. In VII Encontro Nacional da ANPUR. In: *Anais...* Recife, vol. 2, p. 1090-1115.
- RAGON, M. (1986). *Histoire de l'architecture et de l'urbanisme modernes. De Brasilia au post-modernisme 1940-1991*. Paris: Casterman, 402p.
- RONCAYOLO, M. (1997). *La ville et ses territoires*. França: Gallimard, 280p.
- SAHTOURIS, E. (1991). *Gaia: do caos ao cosmos*. São Paulo: Interação, 308p.
- SANTOS, M. (1994). *Metamorfozes do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 124p.
- SILVA, E. (1971). *História de Brasília*. Brasília: Coordenada.
- SMITH, N. (1988). *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 220p.
- VILLAÇA, F. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 373p.